

A PLASTICIDADE DO CONCEITO DE FRONTEIRAS:

Exemplos de possíveis usos

Resenha do Livro: SILVA, Semíramis Corsi; ESTEVES, Anderson Martins (Orgs.). **Fronteiras Culturais no Mundo Antigo: Ensaios sobre Identidades, Gênero e Religiosidades**. Rio de Janeiro: Ed. Letras/UFRJ, 2018, p.251.

A coletânea *Fronteiras Culturais no Mundo Antigo* tem por conceito chave a definição de Guarinello (2010) de Fronteira, remontando a origem etimológica *front* (francesa): o espaço vazio entre dois exércitos antes do confronto. É, portanto, um obstáculo, mas um lugar de passagem, de negociação, de ação. Sendo lugar de trocas, de movimentos de bens, de informações, de quadros culturais, regiões de negociações com alta capacidade de hibridização.

Dessa forma, *Fronteiras* não apenas guia a escrita dos vinte ensaios que compõem a coletânea, como de forma metalinguística compõem a obra: misto de pesquisas concluídas ou em desenvolvimentos ou de formação, congregando assim, grupos diferentes, pós-graduandos e graduandos. Cumprindo o objetivo de divulgar pesquisas de historiadores na formação do ofício de historiar, tal como defende A. Prost “Ao fazer história é que alguém se torna historiador” (2008: 134) e também “é necessário ser já historiador para criticar um documento” (2008: 58).

Dirigida pela doutora Semíramis Corsi Silva, professora adjunta da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e pelo doutor Anderson de Araujo Martins Esteves, professor adjunto da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), o livro congrega pesquisadores e membros, principalmente dos grupos GEMAM (Grupo de Estudos sobre o Mundo Antigo Mediterrâneo da UFRS) e ATRIVM (Espaço Interdisciplinar de Estudos da Antiguidade), entre outros convidados. Contando com nove graduandos, seis mestres ou mestrandos e cinco doutorandos. Além de oito universidades (UFSC, UFPel, UFRJ, UFRRJ, UFSM, UFRGs, UFFS, e UMINHO).

Pensar nas *Fronteiras*, aqui exemplificado *no Mundo Antigo*, é pensar nas diversas possibilidades de uso para identidades, religiosidades, gêneros, regimes políticos e econômicos, grupos sociais etc. Não apenas útil para uma temporalidade, mas para qualquer momento histórico, cabendo ao historiador utilizar dessa ferramenta (definida por Guarinello, 2010) exemplificada na coleção aqui resenhada.

Fronteiras presentes na historiografia que buscou qual a etnia do Egito Antigo, questão oriunda do presente dessas historiografia (eurocentrista ou afrocentrista) e, encarada por Raisal Sagredo (capítulo um), como região de fronteira ('esquina do mundo'), portanto, um lugar de encontros, misturas, habitado por diversas etnias ao longo de uma imensa temporalidade. Deslocando-se da historiografia na diacronia, Dandara Perlin Pereira, encerra o livro criticando a divisão entre o saber acadêmico e o que é ensinado na educação básica, propondo que os pesquisadores não apenas desconstruam, mas que conheçam o contexto do ambiente escolar (ouvindo professores, alunos e funcionários), e, junto com o professor-pesquisador auxiliar na construção ferramentas para a compreensão histórica em ambientes aparentemente divididos, mas que são regiões fronteiriças, ricas trocas potenciais.

Na questão de sobreposição cultural, Giovana da Rosa Carlos (capítulo oito) analisando um papiro Helenístico observa como os elementos egípcios aparecem misturados com elementos gregos, sem sobreposição, mas hibridizados. Semelhante ao estudo de Vinícius de Oliveira da Motta (capítulo nove) observando a continuidade de estruturas consolidadas no Egito antigo e, sob influência da cultura helenística, a existência do *Mousêion* e da Biblioteca de Alexandria, e não uma imposição do helenismo no período do Egito ptolomaico.

De forma análoga, a religião cristã é um lugar de fronteira, como Wendell dos Reis Veloso (capítulo quinze) demonstra o cristianismo de Nicéia, na figura de Agostinho, cria uma identidade de real, verdadeiro ('nós') pela alteridade do 'outro', os hereges, no caso, os maniqueus. Analise que Vitor Cunha (capítulo dezesseis) leva nas questões da identidade do Estado Axum que se converte ao cristianismo e seu rival, o reino de Himyar, que adotou o judaísmo, fronteira que dá origem a uma identidade, religiosidade própria e rivalidade.

Outra faceta do conceito *Fronteira*, liga-se na problemática da afirmação identitária, no caso da Janaina de Fátima Zdebskyi (capítulo 2), a manutenção da comunidade Hebraica através de unidade por uma origem comum (discurso fundador) alicerçada na unidade religiosa formando uma divisão imaginária, pois, como toda região de fronteira, tem-se os entrelaçamentos culturais entre os politeísmo (vetado) e monoteísmo, além de uma fronteira interna ao culpar as mulheres de propagar cultos pagãos. A identidade frente a um evento histórico visto

em duas perspectivas, uma escatológica e outra na construção identitária. É o que Kauê J. Neckel (capítulo dezenove) observa nos escritos de Gildas e de Beda, respectivamente, pela leitura apocalíptica do fim dos Bretões sob invasão anglo-saxônica ou, para Beda na legitimação da presença dos Anglo-Saxões e ruína dos Bretões por problemas agrícolas.

Nesta linha de fronteira como identidade pelo 'nós' em alteridade ao 'eles', o tema dos bárbaros aparece em Fabio Augusto Pimentel (capítulo cinco) ao defender a visão de Tito Lívio, ao não barbariza os Cartagineses como forma de tornar Roma, vencedora daquela, superior aos povos ditos bárbaros, como civilizados. Já para Rodrigo dos Santos Oliveira (capítulo dezessete), o autor Prisco de Pânio ao utilizar os termos 'cita' e 'hunos', em uma leitura desatenta, como sinônimos, na verdade referência a fronteiras distintas, cita como fronteira geográfico, termo conhecida desde o mundo antigo e, portanto, ligando-se a essa tradição, e 'hunos' para um determinando povo étnico. Por fim, Gabriel Freitas Reis (capítulo dezoito) traça fronteiras entre as análises historiográficas sobre o período conhecido das 'invasões bárbaras que traria, na visão tradicional a queda de Roma e, com o termo de Peter Brown, Antiguidade Tardia, torna-se um período de fronteira: entrelaçamentos de continuidades e rupturas.

No prisma político, Matheus Barros da Silva (capítulo 3) ao considerar as tragédias gregas como uma fronteira entre as monarquias anteriores e a constituição da democracia através do princípio da isonomia (igualdade entre todos os cidadãos), conclui que não há uma divisa entre as duas realidades, mas, uma heteroglossia [termo de Bakhtin, não utilizada pelo autor, mas que auxilia na compreensão]. A transição da República para o Principado, também encarado como fronteira, é desenvolvido por Thiago Tolfo (capítulo seis) e Arthur Rodrigues Pereira Santos (capítulo sete). O primeiro ao analisar o processo de romanização das elites locais ou da hispanização da cultura romana, através dos conventos jurídicos, instaurados por Augusto, que tornam-se centros difusores da Hispania. Já Arthur R.P. Santos, com a fonte poética *Geórgicas* de Virgílio consegue explorar o contexto político e social que transparece na poesia, que à primeira vista se limitava a práticas agrícolas romanas.

Por fim, tem-se as *Fronteiras* no âmbito psicológico e moral. O medo que comunica e relaciona escravos e livres da Roma antiga, trabalhado por Fabiana Martins Nascimento (capítulo quatro). Ou a visão de morte, que Luiza Batú Rubin interliga o processo da martirização feminino como vitória, uma prática masculina, necessitando significações de uma certa 'masculinização' de Perpétua e Felicidade.

Na temática da moral romana, ser um mau imperador, pela característica exemplar, justificado por suas práticas imorais ou desvios morais. Por isso Braulio Costa Pereira (capítulo 10) defende que Suetônio constrói sua narrativa acerca do imperador Calígula, não pela sua prática moral de fato, mas por controvérsias políticas, negativando o biografado. Semelhante ao trabalho de Pedro Vieira Marques de Oliveira (capítulo treze) onde Dião Cássio e Herodiano negativam a moralidade de Cômodo, não percebível em fontes materiais. Atribui-se tal negação pelo conflito de interesses políticos entre o imperador e os grupos a que os autores pertenciam.

Ainda na prática moral romana, o *uir* (homem) romano, como apresentado por Henrique Hamester Pause (capítulo doze), deve ser um dominador, tanto nas práticas militares (conquistador x conquistado), políticas (gestor da *res [coisas] publicae [públicas]*), econômicas (livre x escravo) até nas psicológicas (controlar os sentimentos) ou sexuais (assumir a posição de dominância, penetrador). Contexto idêntico ao abordado por Jordana Guidetti Pozaebon (capítulo onze) ao ponderar como César manteve intacta sua virilidade, apesar de alguns desvios (na ótica romana), por ser mulherengo e supostamente penetrado em relações homoeróticas.

Percebe-se que o termo *Fronteiras* pode auxiliar o historiador na análise do contexto, fonte, objeto em diversas áreas: cultura, política, econômica religiosa, etc. Não se quer aqui defender a utilização do conceito como única proposta de análise histórica. Tal perspectiva, já ultrapassada na historiografia, não corresponde com o objetivo desta resenha, nem da coletânea resenhada: divulgar a produção do conhecimento histórico em diversos âmbitos e a característica plástica do termo *Fronteiras* de ampla utilização.

ABNER ALEXANDRE NOGUEIRA

BIBLIOGRAFIA:

PROST, Antoine. DOZE LIÇÕES SOBRE A HISTÓRIA. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

GUARINELLO, Norberto Luiz. Ordem, Integração e Fronteiras no Império Romano: Um Ensaio, *Mare Nostrum*, v. 1, 2010